

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

**ITR – Informações contábeis
intermediárias individuais e
consolidadas em 31 de março de 2021**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias - ITR

Aos acionistas da
Farmácia e Drogaria Nissei S.A.
Curitiba – Paraná

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias,, individuais e consolidadas, da Farmácia e Drogaria Nissei S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 13 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020			31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	40.610	65.186	38.650	65.186	Fornecedores	16	264.887	261.671	264.887	261.671
Aplicações financeiras	6	845	841	845	841	Arrendamentos a pagar	17	48.665	39.504	48.665	39.504
Contas a receber de clientes	7	115.703	100.149	117.663	100.149	Empréstimos e financiamentos	18	70.076	67.001	70.076	67.001
Estoques	8	274.064	242.393	274.064	242.393	Debêntures	19	234.791	226.504	234.791	226.504
Impostos a recuperar	9	44.035	59.800	44.035	59.800	Obrigações sociais e trabalhistas	20	46.340	46.267	46.340	46.267
Instrumentos financeiros derivativos	11	13.242	12.193	13.242	12.193	Obrigações fiscais e tributárias	21	20.627	22.135	20.627	22.135
Outros ativos	12	32.153	33.452	32.153	33.452	Parcelamento de tributos	22	4.242	4.227	4.242	4.227
						Outros débitos	23	7.405	7.842	7.405	7.842
		520.652	514.014	520.652	514.014			697.033	675.151	697.033	675.151
Não circulante						Não circulante					
Direitos sobre precatórios	10	56.415	56.258	56.415	56.258	Arrendamentos a pagar	17	102.679	107.724	102.679	107.724
Impostos a recuperar	9	59.394	50.806	59.394	50.806	Empréstimos e financiamentos	18	151.821	155.581	151.821	155.581
Ativo fiscal diferido	29	25.095	26.694	25.095	26.694	Parcelamento de tributos	22	23.406	24.386	23.406	24.386
Depósitos judiciais	24	5.439	5.360	5.439	5.360	Provisão para contingências	24	7.574	7.358	7.574	7.358
Outros ativos	12	104.799	104.369	104.799	104.369			285.480	295.049	285.480	295.049
		251.142	243.487	251.142	243.487						
Imobilizado	14	228.474	226.030	228.474	226.030	Patrimônio líquido	25				
Intangível	15	15.258	16.478	15.258	16.478	Capital social		21.720	21.720	21.720	21.720
		494.874	485.995	494.874	485.995	Reservas de lucros		8.089	8.089	8.089	8.089
						Resultado do exercício		3.204	-	3.204	-
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		33.013	29.809	33.013	29.809
Total ativo		1.015.526	1.000.009	1.015.526	1.000.009	Total passivo e patrimônio líquido		1.015.526	1.000.009	1.015.526	1.000.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receita líquida de vendas	26	448.798	402.114	448.798	402.298
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	25	(299.056)	(272.956)	(299.056)	(273.414)
Lucro bruto		149.742	129.158	149.742	128.884
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	27	(19.133)	(17.551)	(19.133)	(17.849)
Despesas comerciais	27	(104.163)	(102.105)	(104.163)	(102.105)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		(846)	236	(846)	236
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, resultado de equivalência patrimonial e tributo sobre o lucro		25.600	9.738	25.600	9.166
Receitas financeiras	26	2.230	8.504	2.230	8.505
Despesas financeiras	26	(21.910)	(33.413)	(21.910)	(33.433)
Despesas financeiras, líquidas		(19.680)	(24.909)	(19.680)	(24.928)
Resultado da equivalência patrimonial		-	(631)	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		5.920	(15.802)	5.920	(15.762)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	29	(1.117)	-	(1.117)	(65)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	29	(1.599)	4.435	(1.599)	4.460
Lucro líquido (prejuízo) do período		3.204	(11.367)	3.204	(11.367)
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuível a:					
Controladores				3.204	(11.367)
Não controladores				-	-
Resultado por ação básico e diluído (em Reais):				0,02	(0,07)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores					Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21.720	2.449	1.061	45.180	-	70.410	44	70.454
Prejuízo do período	-	-	-	-	(11.367)	(11.367)	-	(11.367)
Saldos em 31 de março de 2020	21.720	2.449	1.061	45.180	(11.367)	59.043	44	59.087
Saldos em 31 de dezembro de 2020	21.720	2.449	5.640	-	-	29.809	-	29.809
Lucro líquido do período	-	-	-	-	3.204	3.204	-	3.204
Saldos em 31 de março de 2021	21.720	2.449	5.640	-	3.204	33.013	-	33.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Resultado do período	3.204	(11.367)	3.204	(11.367)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do período	<u>3.204</u>	<u>(11.367)</u>	<u>3.204</u>	<u>(11.367)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa - método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Fluxo de caixa de atividades operacionais					
Resultado do período		3.204	(11.367)	3.204	(11.367)
Ajustes por					
Depreciação e amortização (imobilizado, intangível e arrendamentos)	14	20.370	18.279	20.370	18.559
Resultado na baixa de ativos	14	1.761	212	1.761	212
Equivalência patrimonial		-	631	-	-
Provisão para o valor realizável líquido de estoques	8	(2.428)	580	(2.428)	580
Provisão para contingências	24	216	162	216	162
Apropriação, custo da transação de empréstimos e debêntures	18 19	656	887	656	887
Juros apropriados (debêntures, empréstimos e arrendamentos)	17 18 19	16.913	17.080	16.913	17.097
Instrumentos financeiros derivativos	11	(329)	(7.833)	(329)	(7.833)
Variação cambial	28	1.778	8.773	1.778	8.773
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	29	1.599	(4.435)	1.599	(4.460)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	29	1.117	-	1.117	(65)
Pagamento de juros - arrendamento	17	(3.831)	(3.715)	(3.831)	(3.715)
Pagamento de juros - empréstimos	18	(3.844)	(4.097)	(3.844)	(4.114)
Pagamento de juros - debêntures	19	(90)	-	(90)	-
Variações nos ativos e passivos					
Aumento redução em contas a receber	7	(15.554)	(14.717)	(17.514)	(15.214)
Aumento redução em estoques	8	(29.243)	(36.719)	(29.243)	(36.719)
Redução em impostos a recuperar	9	4.461	460	4.461	460
Redução (aumento) em outros ativos	12	550	(2.492)	550	(2.499)
Aumento em depósitos judiciais	24	(79)	(131)	(79)	(131)
(Redução) aumento em contas a pagar	16	(298)	24.474	(298)	24.574
(Redução) aumento em obrigações fiscais e tributárias	21	(391)	972	(391)	1.015
Aumento em obrigações sociais e trabalhistas	20	73	1.940	73	1.948
Redução em outras contas a pagar	23	(1.508)	(1.791)	(1.508)	(111)
Aumento em parcelamento de tributos	22	231	688	231	648
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(4.666)	(12.159)	(6.626)	(11.313)
Fluxo de caixa de atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado	14	(4.591)	(6.288)	(4.591)	(6.658)
Aquisição de ativo intangível	15	(563)	(606)	(563)	(606)
Aquisição de ativo biológico		-	-	-	(262)
Aplicações financeiras	6	(4)	(33.308)	(4)	(33.308)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(5.158)	(40.202)	(5.158)	(40.834)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	18	21.186	30.931	21.186	30.931
Pagamentos de empréstimos - principal	18	(23.009)	(26.884)	(23.009)	(26.967)
Custos da transação	18	(385)	(170)	(385)	(170)
Pagamento de arrendamentos	17	(12.544)	(10.582)	(12.544)	(10.582)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(14.752)	(6.705)	(14.752)	(6.788)
Redução de caixa e equivalentes de caixa no período		(24.576)	(59.066)	(26.536)	(58.935)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	65.186	80.402	65.186	21.491
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	40.610	21.336	38.650	80.426
Redução de caixa e equivalentes de caixa no período		(24.576)	(59.066)	(26.536)	58.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

DVA - Demonstração do valor adicionado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receitas (1)	474.363	418.127	474.363	418.781
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	474.363	418.127	474.363	418.781
Insumos adquiridos de terceiros (2)	332.986	304.065	332.986	304.853
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	299.056	272.956	299.056	273.412
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	33.930	31.109	33.930	31.441
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	-	-
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	141.377	114.062	141.377	113.928
Depreciação e amortização (4)	20.370	18.276	20.370	18.555
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	121.007	95.786	121.007	95.373
Valor adicionado recebido em transferência (6)	182	(1.555)	182	(925)
Resultado da equivalência patrimonial	-	(631)	-	-
Ganhos tributários	-	-	-	-
Receitas financeiras	2.356	8.740	2.356	8.739
Outras financeiras	(2.174)	(9.664)	(2.174)	(9.664)
Valor adicionado total a distribuir (5) + (6)	121.189	94.231	121.189	94.448
Distribuição do valor adicionado	121.189	94.231	121.189	94.448
Pessoal	60.253	59.315	60.253	59.428
Remuneração direta	52.346	51.129	52.346	51.233
Benefícios	5.046	5.389	5.046	5.392
FGTS	2.861	2.797	2.861	2.803
Impostos, taxas e contribuições	38.253	21.981	38.253	22.067
Federais	24.309	14.876	24.309	14.962
Estaduais	13.633	6.976	13.633	6.976
Municipais	311	129	311	129
Remuneração de capital de terceiros	19.479	24.302	19.479	24.320
Juros	19.354	23.761	19.354	23.779
Aluguéis	125	541	125	541
Remuneração de capital próprios	3.204	(11.367)	3.204	(11.367)
Resultado do Exercício	3.204	(11.367)	3.204	(11.367)
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Farmácia e Drogaria Nissei S.A. (“Nissei”, “Companhia” ou “Grupo”), uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Rua Acre, 205 – Água Verde em Curitiba, Estado do Paraná. A Companhia obteve, em 14 de janeiro de 2021, a Concessão de Registro Inicial de Companhia Aberta categoria “A”, junto Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos, dermocosméticos e produtos alimentícios de conveniência em geral. A Companhia realiza suas vendas de mercadorias e serviços por meio de 314 lojas físicas, sendo 278 lojas no Paraná, 21 em São Paulo e 15 em Santa Catarina.

A Companhia arrenda o centro de distribuição, localizado na cidade de Colombo - PR, de onde distribui seu estoque. As lojas da rede também recebem abastecimento direto de grandes distribuidores para perfumaria, medicamentos e conveniência.

Em 29 de outubro de 2017 a Companhia emitiu debêntures no montante de R\$ 153.061 junto a um fundo privado, com prazo de 48 meses para o vencimento da 1ª série (em outubro de 2021) e 72 meses para o vencimento da 2ª série (em outubro de 2023), conforme descrito na nota explicativa 17. O recurso foi utilizado, em 2018, para amortizar parte de dívidas bancárias de capital de giro e financiar o plano de investimento da rede de farmácias, que contempla a abertura de novas lojas, a remodelagem das unidades e investimentos em tecnologia da informação, acelerando o crescimento e ampliando o nível de competitividade.

A Companhia encerrou o primeiro trimestre de 2021 com o lucro líquido de R\$ 3.204, resultado dos esforços na redução de despesas operacionais e aumento do faturamento, que foram suficientes, inclusive, para superar o custo da dívida dos recursos financeiros obtidos para viabilizar o projeto de expansão da Companhia e a consequente depreciação relacionada que em grande parte se dá no prazo de locação das lojas, mencionado no parágrafo anterior.

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes consolidados de R\$ 176.381. O saldo do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes deve-se, substancialmente, a classificação do saldo total a pagar das debêntures para o circulante, de acordo com os prazos de vencimento contratuais da primeira série, no valor de R\$ 185.555 e da provável opção pela antecipação da segunda série, que possui valor estimado em R\$ 49.236 em 31 de março de 2021. Embora não haja previsão contratual em relação ao prazo para liquidação da série 2, foi considerado o fluxo previsto de amortizações para os próximos 12 meses, de acordo com a melhor estimativa da Administração.

Para esta estimativa foi levado em conta as expectativas de reestruturação organizacional prevista para ocorrer em 2021. Caso tal reestruturação não ocorra, o valor integral da série 2 destas debêntures, as quais possuem prazo de vencimento final até 29 de outubro de 2023, será reclassificado para longo prazo (vide nota explicativa 19).

Mesmo considerando as projeções de geração positiva de caixa e os limites de crédito pré-aprovados e fianças bancárias e o suporte, se necessário, de seu acionista controlador, a Companhia vem trabalhando junto ao mercado financeiro e iniciou um conjunto de esforços para repactuar sua dívida financeira através de contratações de linhas de crédito com custos menores e prazos mais longos, cujo os recursos serão utilizados para amortização antecipada das debêntures atuais (série 1).

Com base nas projeções de longo prazo que contemplam os fluxos de caixa projetados, a Companhia entende ter condições suficientes de manter sua continuidade operacional.

Venda de investimento

A Nissei Administradora de Bens Ltda. tem como objeto social a administração de imóveis próprios e de terceiros, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e terceiros, atividades de serviços florestais, abate, corte, derrubada de árvores e transporte de toras, avaliação da madeira, repovoamento e plantio florestal, extração e comércio da madeira e de transporte rodoviário de passageiros.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) que detinha na então controlada Nissei Administradora de Bens Ltda.. Desta forma deixou de participar na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. A venda da participação societária tem por objetivo o foco exclusivo da Companhia no mercado farmacêutico, considerando as oportunidades potenciais de crescimento de vendas e serviços.

Para a apresentação do primeiro trimestre de 2021, a Companhia demonstra os valores consolidados, para fins de comparação com o mesmo trimestre de 2020, em virtude da participação societária na investida na referida data base. Isto posto os saldos apresentados no balanço patrimonial em 31 de março de 2021 são exclusivamente os da próprias Companhia, tendo em vista a venda sua única subsidiária, conforme supracitado.

Impactos relacionados à pandemia COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Até a presente data, os impactos do surto foram muito mais brandos para a Companhia do que os que estão sendo noticiados sobre o mercado como um todo. As despesas que a Companhia incorreu para se proteger do surto não foram relevantes e embora o faturamento da Companhia tenha sido levemente impactado nos meses de abril a junho (2020), as ações de redução de custos tomadas pela empresa garantiram a recuperação dos resultados perdidos nestes meses em função desta perda de faturamento.

A partir de junho de 2020, a Companhia vem recuperando o seu faturamento, seguindo em linha com o orçamento original, fato que consolidou-se para o primeiro trimestre de 2021.

Diante do cenário atual que o país atravessa por conta da COVID-19, mesmo considerando os baixos impactos observados, a Companhia avaliou potenciais perdas na realização dos ativos, como por exemplo as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e realização dos estoques, levando em consideração os fatos e circunstâncias atuais com o objetivo de verificar se, de fato, houve um aumento significativo no risco de crédito ou de perdas em seus estoques (fato em consonância ao Ofício Circular CVM-SNC/SEP nº03/2020).

A Companhia adotou como premissa para avaliação dos impactos na perda esperada de crédito os saldos de contas a receber, conforme demonstrado na nota explicativa 5, a qual demonstra que o saldo a receber está substancialmente concentrado com as administradoras de cartões (Cielo, Rede e Safra). A Administração não identificou para estes saldos, e demais saldos da carteira, aumento significativo no risco de crédito em relação a realização destes momentos que justificassem qualquer impacto na provisão.

Adicionalmente, em relação a cadeia de fornecimento de produtos para revenda em suas lojas, também não foi identificado qualquer indicativo risco adicional de não realização dos estoques ou risco de desabastecimento ou dificuldades de fornecimentos que possam prejudicar as operações da Companhia por falta de produtos para revenda.

2 Apresentação e elaboração das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 13 de maio de 2021.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em milhares de reais (“R\$”), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Estas informações trimestrais apresentam notas explicativas selecionadas, de forma a se evitar a redundância de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020, disponibilizadas ao público em 13 de maio de 2021.

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de 31 de março de 2021, portanto, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas contábeis aplicáveis para demonstrações financeiras anuais e, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2020.

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram preparadas de forma consistente com as políticas contábeis divulgadas na nota explicativa 6 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

As práticas contábeis adotadas pela Controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IFRS e normas brasileiras de contabilidade que estavam em vigor em 31 de março de 2021.

Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras intermediárias. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e, apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem: mensuração do valor justo de ativos e passivos, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, realização dos estoques, benefícios fiscais.

As estimativas e os julgamentos contábeis críticos utilizados na preparação das presentes informações financeiras intermediárias são os mesmos descritos na nota explicativa 4 das demonstrações financeiras anuais da Companhia de 31 de dezembro de 2020 (prazo de arrendamento e premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto utilizadas na mensuração dos passivos de arrendamento mercantil, valorização da segunda série das debêntures conforme projeções de resultados financeiros futuros, reconhecimento de provisão de contingências, reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias e dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser

utilizados). Não ocorreram alterações significativas na natureza dos saldos contábeis e nas políticas da Companhia.

4 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas

Não existem novas normas e alterações emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021, que na opinião da Administração, possam ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa (controladora e consolidado)

	31.03.2021	31.12.2020
Caixa e bancos	15.516	34.191
Aplicações financeiras	<u>25.094</u>	<u>30.995</u>
Total	<u>40.610</u>	<u>65.186</u>

No grupo de caixas e bancos está composto pelos caixas físicos da lojas, bem como as contas bancárias correntes, sendo como principais relacionamentos os bancos Caixa Econômica Federal, Banco Safra, Banco Itaú, Banco do Brasil e Banco Votorantim.

As aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário – CDB, de R\$ 19.907 e debêntures, de R\$ 5.187, possuem liquidez imediata e são atualizadas à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com rendimento médio de 80% (debêntures) e 101,50% (CDB), refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

6 Aplicações financeiras (controladora e consolidado)

	31.03.2021	31.12.2020
Aplicações financeiras	<u>845</u>	<u>841</u>
	<u>845</u>	<u>841</u>

Em 31 de março de 2021, as aplicações financeiras estão concentradas no Banco BOCOM, sendo a realização das aplicações no prazo de 42 meses. Os recursos aplicados estão atualizadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI 100%, refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

7 Contas a receber de clientes (controladora e consolidado)

	31.03.2021	31.12.2020
Cartões de crédito	103.064	91.034
Cartão próprio - convênio	6.339	6.005
Farmácia popular	6.351	4.278
Outras contas a receber	30	87
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(81)	(1.255)
Total	115.703	100.149

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	31.03.2021	31.12.2020
A vencer	99.440	90.315
Vencidos em até 30 dias	6.816	6.977
Vencidos entre 31 e 60 dias	6.880	2.609
Vencidos entre 61 e 90 dias	257	180
Vencidos acima de 91 dias (a)	2.391	1.323
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(81)	(1.255)
Total	115.703	100.149

- (a) A Companhia não reconheceu o impairment sobre os títulos vencidos há mais de 90 dias, pois há expectativa de recebimentos dos títulos envolvidos.

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, representado por cartões de crédito e por parcerias com empresas e governo, é de aproximadamente 39 dias, prazo este considerado como parte das condições normais e inerentes das operações do Grupo. Parte substancial dos valores vencidos acima de 31 dias, estão representados por recebimento por meio de convênios e por meio do programa de benefício em medicamentos - PBMs.

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

As contas a receber são substancialmente representados por valores a receber das administradoras de cartão de crédito de primeira linha (Cielo, Rede e Safra). Baseado no histórico de perdas destes recebíveis a administração avalia o risco de crédito como muito baixo.

As contas a receber de convênio representam contratos específicos com entidades que disponibilizam benefícios aos seus colaboradores para compra de produtos com desconto nas lojas da Nissei. A Companhia considera o risco de crédito baixo devido aos critérios seletivos para aceitação destas companhias.

A exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa 30.

A movimentação das perdas por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	31.03.2021	31.12.2020
Saldo inicial	(1.255)	(2.670)
Constituições (a)	-	(2.591)
Baixas efetivas (b)	1.174	4.006
Total	(81)	(1.255)

- (a) A Companhia tem como política para reconhecimento do impairment do contas a receber os títulos vencidos a mais de 180 dias, os quais serão mensurados ao custo amortizado.
- (b) As baixas efetivas compreendem os valores previamente provisionados.

8 Estoques (controladora e consolidado)

	31.03.2021	31.12.2020
Mercadorias para revenda	272.161	240.658
Materiais de consumo	1.903	1.735
	274.064	242.393

Os estoques de mercadorias para revenda estão distribuídos da seguinte forma nos estabelecimentos do Grupo:

	31.03.2021	31.12.2020
Centro de distribuição	69.367	56.233
Lojas da rede	211.309	192.839
(-) Provisão de estoques (a)	(6.612)	(6.679)
	274.064	242.393

- (a) A provisão para perda nos estoques inclui: i) as mercadorias vencidas e danificadas nos estoques do Grupo, sem a expectativa de ressarcimento nas políticas dos fabricantes, totalizando R\$ 3.358 (em 31 de dezembro de 2020: R\$ 3.372); e ii) provisão de estimativa de perdas prováveis de inventário geral na rede de lojas (roubos, perdas e baixas) no montante de R\$ 3.254 (em 31 de dezembro de 2020: R\$ 3.307). O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, na rubrica de “custo das mercadorias vendidas”.

As variações nos saldos de estoques de mercadorias para revenda foram incluídas no “Custo dos Produtos Vendidos” e totalizam R\$ 299.056 (R\$ 272.956 em 31 de março de 2020). Os valores incluem o valor da baixa de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no exercício e totalizaram R\$ 3.978 (R\$ 3.629 em 31 de março de 2020).

A movimentação da provisão de estoques no exercício encontra-se apresentada a seguir:

	31.03.2021	31.12.2020
Saldo inicial	(6.679)	(2.253)
Constituições (b)	(2.428)	(6.679)
Baixas efetivas	<u>2.495</u>	<u>2.253</u>
	<u>(6.612)</u>	<u>(6.679)</u>

- (b) As constituições de perdas considera a expectativa da Companhia com perdas esperadas de vencidos, danificados e inventários, e embasadas em estimativas de controles de estoques diários na rede de lojas e centro de distribuição.

9 Impostos a recuperar (controladora e consolidado)

	31.03.2021	31.12.2020
Tributos sobre o lucro a recuperar		
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	513	834
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica	90	838
CSLL – Contribuição social sobre lucro líquido	<u>5</u>	<u>1.618</u>
	<u>608</u>	<u>3.290</u>
Outros tributos a recuperar		
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias (a)	95.935	94.031
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias – perdas (b)	5.384	6.704
PIS – Programa de integração social (c)	273	1.177
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social (c)	1.218	5.393
Outros impostos a recuperar	<u>10</u>	<u>11</u>
	<u>102.821</u>	<u>107.316</u>
Total dos impostos a recuperar	<u>103.429</u>	<u>110.606</u>
Ativo circulante	44.035	59.800
Ativo não circulante	59.394	50.806

O saldo de R\$ 95.935 em 31 de março de 2021 (R\$ 94.031 em 31 de dezembro de 2020) são oriundos do ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária não definitivo, onde as bases fiscais de apuração presumida foram maiores que a efetiva, conforme item a2 abaixo. Os respectivos créditos vêm sendo consumidos progressivamente nos últimos meses, principalmente por conta de produtos que estão fora da sistemática da substituição tributária. Os créditos de ICMS, no ativo circulante, está representado por R\$ 41.926, e no não circulante por R\$ 59.395 estão segregados da seguinte forma.

	31.03.2021	31.12.2020
Composição dos créditos de ICMS a recuperar (ressarcimento)		
ICMS-ST - pago antecipadamente (a.1)	-	4.601
ICMS-ST - não definitivo do período corrente (a.2)	7.840	25.794
ICMS-ST - não definitivo de períodos retroativos (a.2)	<u>88.095</u>	<u>63.636</u>
	<u>95.935</u>	<u>94.031</u>

(a.1) Regime Especial – atribuição da condição de substituto tributário a estabelecimento atacadista

Em 25 de maio de 2020, através da publicação em Diário Oficial do Estado do Paraná, no uso das suas atribuições, concedeu o regime especial sob nº 6.577 ao estabelecimento Centro de Distribuição Colombo-PR, sendo o mesmo beneficiado e eleito sujeito passivo por substituição, para efeitos de retenção do ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação) relativo às operações subsequentes, nas operações de saída com as mercadorias, sendo: cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador; lâmina e aparelho de barbear; produtos alimentícios e produtos farmacêuticos. A vigência do regime especial iniciou-se em 1º de junho de 2020.

Os principais impactos do referido regime foram: i) na prorrogação de prazo de recolhimento da substituição tributária após a entrada em vigência do regime especial, considerando que o imposto será apurado com base nas saídas do estabelecimento Centro de Distribuição Colombo-PR e recolhido no mês posterior da emissão do documento fiscal; ii) ressarcimento dos montantes pagos antecipadamente e anteriores ao referido regime, e iii) aumento do ICMS próprio e redução do ICMS-ST referente as transferências destinadas aos estados de São Paulo e Santa Catarina, de forma a possibilitar a realização dos créditos acumulados. O estabelecimento antecipadamente realizou pagamento de substituição tributária (ST) nas compras dos estoques diretamente pelo Centro de Distribuição Colombo-PR, e conforme previsão expressa no referido regime, levantou créditos de ICMS sobre sua posição de estoque, no montante de R\$ 16.707 até 31 de maio de 2020. O respectivo montante foi compensado integralmente até 31 de março de 2021.

(a.2) ICMS-ST não definitivo

O montante de R\$ 7.840 em 31 de março de 2021 (R\$ 25.794, em 31 de dezembro de 2020) é resultante do regime normal de apuração de ICMS dos centros de distribuição e lojas e referente aos créditos tributários de ICMS ST não definitivo, onde as bases fiscais de apuração presumida foram superiores as margens comerciais no período corrente.

O montante de R\$ 88.095 em 31 de março de 2021, (R\$63.636 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao reconhecimento extemporâneo dos referidos créditos de ICMS-ST não definitivo, onde as bases fiscais de apuração presumida foram superiores as margens comerciais do período de julho de 2017 a dezembro de 2020. Os créditos foram reconhecidos em função da decisão do STF, que em sede de repercussão geral, garantiu o direito de ressarcimento ao contribuinte que recolheu antecipadamente o ICMS ST em bases de cálculo superiores aquelas efetivamente comercializadas. Conforme recepção da matéria e regulamentação no Estado do Paraná, através do Decreto nº 3.886/2020, e NPFº 002, não foram reconhecidos créditos fiscais de períodos anteriores a decisão do STF, a qual permite o levantamento e ressarcimento e/ou complemento das diferenças do ICMS-ST a partir de outubro de 2016. O respectivo montante já levantado e reconhecido deverá ser realizado no período estimado entre 12 e 36 meses nas operações da Companhia.

(b) Ressarcimento de ICMS-ST sobre perdas de mercadorias

Compondo o montante de R\$ 5.384 em 31 de março de 2021 (R\$ 6.704 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia realizou requerimento para restituição/compensação dos créditos tributários e obteve deferimento em dezembro de 2020, com a instrução para reconhecimento integral em conta gráfica. E devido ao aumento do ICMS próprio em sua operação, a Companhia irá reconhecer o crédito conforme a determinação e retorno do posto fiscal, para garantir a realização no prazo de até 12 meses em suas operações.

(c) Mandado de segurança – Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS – Trânsito em julgado

Em 26 de maio de 2020, o mandado de segurança impetrado pela Companhia, transitou em julgado favoravelmente, afastando a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A decisão obtida destacou que a parte autora tem o direito de excluir da base de cálculo do PIS/COFINS o valor integral do ICMS destacado nas notas fiscais de saída das mercadorias do seu estabelecimento.

O reconhecimento do direito aplica-se também às operações já realizadas. Portanto, sendo possível a recuperação dos valores pagos a título de PIS e COFINS sobre o ICMS destacado nas operações pretéritas, também dos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento. Como o ajuizamento ocorreu em 14/03/2017, foi possível recuperar os valores pagos de 14/03/2012 a 26/05/2020.

A habilitação do crédito perante à Secretaria da Receita Federal ocorreu em 29 de setembro de 2020, através de Despacho Decisório sob nº 1.367/2020, consequentemente, iniciou-se a compensação dos créditos tributários desta natureza com tributos federais, conforme as determinações das normas legais vigentes.

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou os saldos a serem compensados abaixo:

	31.03.2021	31.12.2020
PIS – Programa de integração social	-	61
Período corrente	262	738
Reconhecimento extemporâneo – crédito	11	378
Reconhecimento extemporâneo – atualização	273	1.177
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social		
Período corrente	-	281
Reconhecimento extemporâneo – crédito	1.167	3.371
Reconhecimento extemporâneo – atualização	51	1.741
	1.218	5.393

10 Direitos sobre precatórios (controladora e consolidado)

Os direitos sobre precatórios são de esfera estadual e estão da seguinte forma distribuídos:

	31.03.2021	31.12.2020
Termo de obrigações - Precatório 48.609/1997 (a)	43.827	43.670
Créditos remanescentes - acordo geral (b)	7.344	7.344
Saldo remanescente do precatório nº 51.218/97 (c)	3.813	3.813
Outros precatórios estaduais (d)	1.431	1.431
	56.415	56.258

- (a) Os créditos decorrentes do Precatório nº 48.609/1997 cedidos no termo de obrigações entre o Grupo e a CR Almeida S.A. em 23 de março de 2016. Em 31 de março de 2021 somam o montante de R\$ 43.827 (R\$ 43.670 em 31 de dezembro de 2020), os quais se encontram devidamente atualizados aos índices legais aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR.
- (b) Os saldos do precatório 51.218/97, remanescentes no valor de R\$ 7.344 (R\$ 7.344 em 31 de dezembro de 2020) são provenientes da conciliação efetuada em 18 de dezembro de 2014, onde o Grupo detinha em um único precatório o valor de R\$ 110.725 e débitos de ICMS com o Estado do Paraná no montante de R\$ 106.284, resultando no saldo remanescente de direito.
- (c) Os saldos remanescentes do precatório nº 51.218/97 no valor de R\$ 3.813, em 31 de março de 2021, (R\$ 3.813 em 31 de dezembro de 2020) tem como credora originária CR Almeida, sendo o crédito praticamente certo nas premissas dos assessores jurídicos do Grupo, bem como nos relatórios de conciliação com a Procuradoria do Estado do Paraná. A aquisição do crédito aconteceu nos termos do Segundo Termo Aditivo ao Acordo para Dissolução Parcial da Sociedade assinado em 30 de junho de 2020 pelos representantes legais da Farmácia e Drogerias Nissei (compradora) e Comércio de Medicamentos Maeoka (vendedora), o valor de aquisição é R\$ 10.154 e a quitação ocorreu com saldo a receber do conta corrente entre as partes envolvidas. Após a avaliação dos créditos do precatório, a administração da Companhia, com base nas opiniões de seus assessores jurídicos e utilizando dos relatórios da Procuradoria do Estado do Paraná, entendeu que a operação de compra e valor praticamente certo de crédito do precatório, resultava na perda do valor recuperável, sendo o montante de R\$ 6.285, imediatamente reconhecida no resultado do período.
- (d) Os demais créditos de precatórios, que somam R\$ 1.431, registrados no ativo não circulante, estão registrados pelo valor de custo e não incidem correção monetária e juros de mora, sendo irrecorribéis, conforme escrituras públicas de cessão firmadas entre as partes.

A expectativa para recebimentos dos montantes mencionados nos itens (a) e (c) pelos assessores jurídicos da Companhia, é no decorrer exercício de 2021, no entanto, a administração optou por manter no longo prazo, considerando as incertezas de prazos legais junto ao judiciário. A Administração entende que não há qualquer risco de perdas não reconhecido nos respectivos créditos.

Os itens (b) e (d), serão realizados até 31 de dezembro de 2024, atendendo a Emenda Constitucional nº 99/2017, considerando o prazo limite para pagamento de precatórios.

11 Instrumentos financeiros derivativos

As estratégias e políticas para contratação de instrumentos financeiros, estão descritas na nota explicativa 30.

Em 31 de março de 2021, o Grupo tem o contrato na modalidade SWFC Netting Termo com o Banco Votorantim, com o objetivo de proteção ao risco cambial do contrato de empréstimo em moeda estrangeira.

Valor do principal	Ponta ativa	Ponta passiva	Resultado
29.117	44.483	31.242	13.242

As variações nos saldos passivos (empréstimos) e demais garantias vinculadas estão descritas na nota explicativa 18.

12 Outros ativos (controladora e consolidada)

Os valores a receber estão assim compostos:

	31.03.2021	31.12.2020
Outros ativos – partes relacionadas		
Venda de participação societárias (a)	84.845	84.426
Venda de ativos imobilizados (b)	15.619	15.619
Adiantamento a sócios	726	-
Total outros ativos – partes relacionadas	101.190	100.045
Acordos comerciais a receber (c)	22.798	26.687
Antecipações para colaboradores	1.325	1.814
Antecipações para fornecedores	4.375	2.177
Prêmios de seguros	1.132	1.298
Outros (d)	6.132	5.800
Total outros ativos – terceiros	35.762	37.776
Total outros ativos	136.952	137.821
Ativo circulante	32.153	33.452
Ativo não circulante	104.799	104.369

- (a) O montante de R\$ 84.845 a receber refere-se a venda da participação societária da então controlada Nissei Administradora de Bens. Informações adicionais da operação de venda consta nas notas explicativas 13 e 14.
- (b) O valor de R\$ 15.619 a receber refere-se a recebíveis por venda de ativos imobilizados da Nissei. Informações adicionais da operação de venda consta na nota explicativa 14.

- (c) Os saldos a receber de acordos comerciais referem-se a negociações com fornecedores de mercadorias para venda diferenciada de seus produtos nas lojas da rede. Compreendem descontos financeiros no momento da venda ao consumidor e associados a programas de benefícios, verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio e abatimento por metas de volume, aferidos tanto nas compras quanto nas vendas.
- (d) O saldos de R\$ 6.858 em 31 de março de 2021, e R\$ 5.800 em 31 de dezembro de 2020, que compreendem outros ativos são referentes aos valores de IPTU a apropriar, alugueis sublocação, bloqueios judiciais bem como, garantias de estruturação.

13 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas em aberto são precificadas com base em condições específicas estabelecidas entre as partes, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros e devem ser liquidados conforme fluxo de caixa dos envolvidos.

Abaixo demonstramos os saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Ativo circulante				
Adiantamento a sócios	726	-	726	-
Total do ativo circulante	726	-	726	-
Ativo não circulante				
Nissei Administradora de Bens (a)	15.619	15.619	15.619	15.619
Venda de participação societárias para sócios (b)	84.845	84.426	84.845	84.426
Total do ativo não circulante	100.464	100.045	100.464	100.045
Passivo				
Juros sobre o capital próprio (c)	589	935	589	935
Mútuo de sócios (d)	571	-	571	-
Total do saldo passivo circulante	1.160	935	1.160	935
Total Ativo partes relacionadas	101.190	100.045	101.190	100.045
Total Passivo partes relacionadas	1.160	935	1.160	935

- (a) O saldo em aberto em 30 de junho de 2020 refere-se a venda de imóveis no valor de R\$ 15.619, o qual será pago em moeda corrente até junho de 2022, sujeito a multa em caso de inadimplência de 2% sobre o valor inadimplido que passa a ser atualizado desde então pelo IPCA ou pelo fator de correção monetária que vier a substituí-lo além de juros moratórios de 3% ao ano. O valor da transação gerou ganho na venda de imobilizado no montante de R\$ 2.754 reconhecido no resultado da controladora.
- (b) Em 30 de junho de 2020, o Grupo optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda., desvinculando-se na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. O valor da venda das quotas na integralidade corresponde ao montante de R\$ 87.000, devendo o montante ser pago pelos sócios da investida no prazo de até 24 meses. O valor da transação foi estabelecido conforme contrato entre as partes, cujo valor poderia ter sido diferente se negociado com terceiros, sendo reconhecido os efeitos da taxa de juros de 100% do CDI, considerando como base a taxa média de remuneração dos investimentos em aplicações financeiras (CDB) da Companhia, para o reconhecimento do ajuste a valor presente, sendo o saldo remanescente ajustado em 31 de março de 2021 para R\$ 84.845.

- (c) Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 1.101, líquidos das retenções legais, no montante de R\$ 935, os quais ficaram com saldo remanescente de R\$ 589, os quais serão quitados no decorrer do exercício de 2021.
- (d) Em 31 de março de 2021 o montante de R\$ 571 refere-se ao mútuo entre a Nissei Administradora de Bens e o Hiperzoo Pet Shop. Conforme mencionado na nota (b), a Companhia vendeu sua participação (99,9641%) do investimento na Nissei Administradora de Bens Ltda. As condições negociadas entre as partes não previam atualização dos saldos por taxa de juros.

A controladora possui imóveis locados da Nissei Administradora de Bens. As transações de aluguel são precificadas com base em condições de mercado e são liquidados em base mensal, compreendendo os desembolsos abaixo durante o respectivo período / exercício:

	31.03.2021	31.12.2020
Centro de Treinamentos Nissei	89	346
Loja Nissei - Champagnat Batel	19	67
Loja Nissei - Alto da XV 24 horas	93	363
Loja Nissei - Juvevê Rocha Pombo	29	112
Loja Nissei - Praia de Leste	37	144
Loja Nissei - Rui Barbosa 24 horas	39	137
Loja Nissei - Tenente Francisco de Souza	172	287
Outros aluguéis	179	673
	<u>657</u>	<u>2.129</u>

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da administração inclui a distribuição de pró-labore mensal destinado à presidência e aos diretores, totalizando em 31 de março de 2021 o montante de R\$ 1.385 (R\$ 1.725 em 31 de dezembro de 2020).

As participações no capital social, bem como, os detalhes do desdobramento das ações da Companhia estão demonstradas na nota explicativa 25.

14 Imobilizado

Abaixo demonstrativo das posições de ativo imobilizado e suas movimentações para a controladora e consolidado:

a. Conciliação do valor contábil

	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
	31.03.2021			31.12.2020		
Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edificações	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias em imóvel de terceiros	78.274	(46.366)	31.908	74.893	(43.655)	31.238
Equipamentos de informática	27.385	(18.335)	9.050	26.979	(17.481)	9.498
Instalações	27.887	(13.596)	14.291	27.358	(13.080)	14.278
Máquinas e equipamentos	7.412	(5.350)	2.062	7.410	(5.188)	2.222
Móveis e utensílios	60.167	(31.208)	28.959	58.918	(29.821)	29.097
Veículos em uso	6.012	(5.073)	939	6.012	(4.973)	1.039
Direito de uso – arrendamento	246.134	(105.877)	140.257	229.652	(92.978)	136.674
Imobilizado em andamento	1.008	-	1.008	1.984	-	1.984
Total	454.279	(225.805)	228.474	433.206	(207.176)	226.030

b. Movimentação do ativo imobilizado

Controladora											
Custo	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos em uso	Benefícios em imóvel de terceiros	Direito de uso – arrendamento	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	25.649	7.297	55.278	24.103	6.507	66.687	181.716	1.266	368.503
Adições	7.467	5.398	438	68	1.165	320	36	1.043	22.535	3.218	41.688
Baixas	(7.467)	(5.398)	-	(14)	-	-	(153)	(188)	(216)	-	(13.436)
Transferências	-	-	-	-	-	12	(12)	1.750	-	(1.750)	-
Saldo em 31 de março de 2020	-	-	26.087	7.351	56.443	24.435	6.378	69.292	204.035	2.734	396.755
Adições	-	-	1.271	61	2.480	2.548	6	2.360	31.879	4.697	45.302
Baixas	-	-	-	(3)	(6)	(4)	(372)	(2.205)	(6.262)	-	(8.852)
Transferências	-	-	-	-	1	-	(1)	5.447	-	(5.447)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	27.358	7.410	58.918	26.979	6.012	74.894	229.652	1.984	433.206
Adições	-	-	529	2	1.243	363	-	953	18.243	1.501	22.834
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.761)	-	(1.761)
Transferências	-	-	-	-	6	43	-	2.428	-	(2.477)	-
Saldo em 31 de março de 2021	-	-	27.887	7.412	60.167	27.385	6.012	78.275	246.134	1.008	454.279

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.
ITR – Informações contábeis
Intermediárias individuais e consolidadas
em 31 de março de 2021

Consolidado

Custo	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos em uso	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Direito de uso – arrendamento	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	59.736	21.330	25.649	7.552	55.486	24.116	10.204	66.687	181.716	1.267	453.743
Adições	-	338	438	94	1.165	327	36	1.043	22.535	3.217	29.193
Baixas	-	-	-	(14)	-	-	(153)	(188)	(216)	-	(571)
Transferências	-	-	-	-	-	12	(12)	1.750	-	(1.750)	-
Saldo em 31 de março de 2020	59.736	21.668	26.087	7.632	56.651	24.455	10.075	69.292	204.035	2.734	482.365
Adições	14.236	14.638	1.271	61	2.480	2.528	428	2.360	31.879	4.697	74.579
Baixas	(7.467)	(5.736)	-	(3)	(5)	(4)	(802)	(2.205)	(6.262)	-	(22.484)
Transferências	-	-	-	-	-	13	(13)	5.446	-	(5.447)	(1)
Baixa saldos investida	(66.505)	(30.570)	-	(281)	(208)	(13)	(3.676)	-	-	-	(101.253)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	27.358	7.410	58.918	26.979	6.012	74.893	229.652	1.984	433.206
Adições	-	-	529	311	1.476	377	260	953	18.243	1.501	22.834
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.761)	-	(1.761)
Transferências	-	-	-	-	6	43	-	2.428	-	(2.477)	-
Saldo em 31 de março de 2021	-	-	27.887	7.721	60.400	27.398	6.272	78.273	246.134	1.006	454.279

c. Movimentação da depreciação do ativo imobilizado

Depreciação acumulada	Controladora										
	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos em uso	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Direito de uso – arrendamento	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	(11.118)	(4.540)	(24.414)	(14.185)	(4.910)	(34.808)	(44.071)	-	(138.046)
Adições	-	-	(475)	(161)	(1.330)	(793)	(149)	(2.495)	(11.170)	-	(16.573)
Baixas	-	-	-	-	-	-	113	136	-	-	249
Saldo em 31 de março de 2020	-	-	(11.593)	(4.701)	(25.744)	(14.978)	(4.946)	(37.167)	(55.241)	-	(154.370)
Adições	-	(29)	(1.487)	(490)	(4.082)	(2.507)	(397)	(7.829)	(37.737)	-	(54.558)
Baixas	-	29	-	3	4	4	370	1.342	-	-	1.752
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	(13.080)	(5.188)	(29.822)	(17.481)	(4.973)	(43.654)	(92.978)	-	(207.176)
Adições	-	-	(516)	(162)	(1.386)	(854)	(100)	(2.711)	(12.899)	-	(18.629)
Saldo em 31 de março de 2021	-	-	(13.596)	(5.350)	(31.208)	(18.335)	(5.073)	(46.365)	(105.877)	-	(225.805)

Consolidado

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos em uso	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Direito de uso – arrendamento	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(4.177)	(11.118)	(4.733)	(24.570)	(14.198)	(7.106)	(34.808)	(44.071)	-	(144.781)
Adições	-	(169)	(475)	(165)	(1.336)	(793)	(250)	(2.496)	(11.170)	-	(16.854)
Baixas	-	-	-	-	-	-	113	136	-	-	249
Saldo em 31 de março de 2020	-	(4.346)	(11.593)	(4.898)	(25.906)	(14.991)	(7.243)	(37.168)	(55.241)	-	(161.386)
Adições	-	(367)	(1.487)	(495)	(4.085)	(2.507)	(397)	(7.828)	(37.737)	-	(54.903)
Baixas	-	29	-	3	4	4	370	1.341	-	-	1.751
Transferências	-	4.684	-	202	166	13	2.297	-	-	-	7.362
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	(13.080)	(5.188)	(29.821)	(17.481)	(4.973)	(43.655)	(92.978)	-	(207.176)
Adições	-	-	(516)	(162)	(1.386)	(854)	(100)	(2.711)	(12.899)	-	(18.627)
Saldo em 31 de março de 2021	-	-	(13.596)	(5.350)	(31.207)	(18.335)	(5.073)	(46.366)	(105.877)	-	(225.805)

Venda de ativo imobilizado

Em 30 de junho de 2020, a Companhia vendeu os bens adquiridos no processo de Massa Falida - Cereal Marechal Ltda. - Supermercado Coletto para a então controlada Nissei Administradora de Bens pelo valor de R\$ 15.619, conforme nota explicativa 13, devendo os montantes serem recebidos no período de 24 meses. A transação gerou ganho de R\$ 2.754 reconhecido na rubrica de outras receitas operacionais no resultado do exercício.

Garantias

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o Grupo e seus acionistas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas de captação de empréstimos, conforme divulgado na nota explicativa 26.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor é constituído a provisão para *impairment*. Para o período findo em 31 de março de 2021, a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portando, a necessidade de constituição de provisão.

15 Intangível

	Controladora			Total Consolidado
	Software	Fundo de Comércio	Total	
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.441	10.715	22.156	22.162
Adições	366	240	606	606
Baixas	-	(174)	(174)	(174)
Amortizações	(1.191)	(515)	(1.706)	(1.712)
Saldo em 31 de março de 2020	10.616	10.266	20.882	20.882
Adições	1.873	-	1.873	1.873
Baixas	-	(530)	(530)	(530)
Transferências	(5)	-	(5)	(5)
Amortizações	(3.540)	(2.202)	(5.742)	(5.742)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.944	7.534	16.478	16.478
Adições	563	-	563	563
Transferências	(42)	-	(42)	(42)
Amortizações	(1.039)	(702)	(1.741)	(1.741)
Saldo em 31 de março de 2021	8.426	6.832	15.258	15.258

Software

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. O Grupo realiza o reconhecimento de amortizações a taxa de 20%.

O acréscimo na rubrica “*Software*” refere-se aos custos de implementação de novos sistemas e substituição do banco de dados.

Fundo de comércio

Os gastos com fundo de comércio compreendem gastos com a aquisição de ponto comercial para operar as lojas da rede de acordo com os direitos adquiridos na aquisição ou locação do estabelecimento comercial. Os montantes são avaliados pelo valor de aquisição e o seu valor recuperável é analisado, no mínimo, anualmente. Para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, a Administração avaliou e não identificou a necessidade de constituição de provisão para *impairment*.

A avaliação do valor recuperável dos gastos com fundo de comércio foi avaliada ao nível de cada unidade geradora de caixa (UGC), no caso do Grupo referem-se as localidades onde estão instaladas cada loja, que inclui tais custos e foi estimado com base na geração dos fluxos de caixa esperados para da UGC.

A vida útil atribuída à este grupo de ativos intangíveis é conforme contrato de locação vigente. Qualquer perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

16 Fornecedores (controladora e consolidado)

	31.03.2021	31.12.2020
Fornecedores de mercadorias	253.788	251.696
Fornecedores de bens e serviços	<u>11.099</u>	<u>9.975</u>
	<u>264.887</u>	<u>261.671</u>

17 Arrendamentos a pagar

O Grupo arrenda uma série de imóveis para o seu espaço de escritórios, lojas de varejo e centro de distribuição. As locações de imóveis operacionais são executadas por período entre 5 (lojas) a 10 anos (centro de distribuição). Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação automática por período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato.

Para o reconhecimento inicial do direito de uso e obrigações com arrendamentos foram consideradas as seguintes premissas:

O início do prazo de arrendamento considera a data em que o Grupo passa a exercer o direito de uso do imóvel. Neste sentido, foi definida a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas e preparação do espaço físico.

Para a definição do prazo do arrendamento adotou-se o prazo de cada contrato adicionado as premissas detalhadas abaixo ou, quando aplicável, adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 (“Lei do Inquilinato”) que concede ao arrendatário (Controladora) o direito à renovações contratuais (direito executável) quando determinadas condições forem atendidas.

Aluguéis comerciais: em virtude desse tipo de contrato possuir diversos tipos de prazos, definiu-se utilizar as seguintes premissas:

Contratos de lojas com contratos de prazos originais ou aditivos de renovações vigentes e que geram resultados operacionais economicamente viáveis considerou-se o prazo restante do contrato.

Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e que geram resultados operacionais economicamente viáveis, considerou-se o prazo de 60 meses.

Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e consideradas em avaliação de resultados operacionais, considerou-se o prazo de 24 meses e também o prazo estimado pela Administração de manter as instalações comerciais.

Aluguel do centro de distribuição: considerado o prazo de contrato do imóvel.

O Grupo avalia no início do arrendamento se é razoavelmente certo exercer as opções de renovação, considerando se haverá um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias sob seu controle.

A taxa de juros incremental de financiamento do arrendamento teve abrangência em todos os contratos e considerou taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares àqueles aluguéis contratados na data de assinatura. Após análise, a taxa nominal de desconto ficou em 0,55% a 0,91% a.m., a qual dentro das análises do Grupo correspondeu a taxas médias das captações de empréstimos, que correspondeu a taxa incremental de financiamento.

Para a depreciação do ativo de direito de uso, considerando que não há contratos com opção de aquisição do ativo no final do prazo contratual, foram consideradas como vida útil do bem, o prazo do contrato de arrendamento, quando da ausência de perda ao valor recuperável, sendo considerado o que for menor. A depreciação do bem ocorre de forma sistemática e linear. Ressalta-se que o Grupo reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações de planos comerciais estratégicos e intenção dos locadores na continuidade do contrato.

Os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do arrendamento.

O Grupo ressalta que irá acompanhar periodicamente aspectos das aplicações do Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 – Redução do valor recuperável de ativos, no que tange a avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade de lojas e centro de distribuição.

A movimentação do passivo de arrendamento, em 31 de março de 2021 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	143.210
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	54.414
Pagamentos efetivados - principal	(43.514)
Pagamentos efetivados – juros	(16.711)
Juros reconhecidos no resultado	16.784
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(6.955)
Saldo em 31 de dezembro 2020	147.228
Passivo circulante	39.504
Passivo não circulante	107.224
Saldo em 31 de dezembro de 2020	147.228
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	18.243
Pagamentos efetivados - principal	(12.544)
Pagamentos efetivados – juros	(3.831)
Juros reconhecidos no resultado	3.825
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(1.577)
Saldo em 31 de março de 2021	151.344
Passivo circulante	48.665
Passivo não circulante	102.679
Saldo em 31 de março de 2021	151.344

Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil

	31.03.2021	31.12.2020
Menos de 1 ano	48.665	39.504
Entre 1 e 5 anos	95.259	99.445
Mais de 5 anos	7.420	8.279
	151.344	147.228

Conforme orientações da CVM, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n/º1/2020, Companhia que optar por reportar os impactos da norma IFRS 16 / CPC06 (R2) em suas demonstrações financeiras de forma diferente daquela recomendada pelas áreas técnicas da CMV (fluxo nominal x taxa de desconto nominal), deverá apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. O Grupo desta maneira optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possa chegar a informação. Os inputs são:

Taxa de desconto nominal aplicada – 0,55% a.m. a 0,91% a.m..

Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA) – 0,3% a.m.

Cronograma de pagamentos não inflacionado (tabela abaixo):

	31.03.2021	31.12.2020
2020	-	39.504
2021	36.750	44.179
2022	45.577	35.471
2023	38.746	16.097
2024	18.421	11.977
2025 em diante	11.850	-
	151.344	147.228

A movimentação do direito de uso de arrendamento, em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

Direito de uso de arrendamento

Saldo em 31 de dezembro de 2019	137.645
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	54.414
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(6.477)
Depreciação no exercício	(48.907)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	136.675
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	18.243
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(1.761)
Depreciação no exercício	(12.899)
Saldo em 31 de março de 2021	140.258

18 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidada)

Descrição	Indexador	31.03.2021	31.12.2020
<i>Moeda estrangeira</i>			
<i>4131 (a)</i>			
Banco Votorantim	Pré fixada + pós fixada (CDI)	43.117	43.832
Total em moeda estrangeira		43.117	43.832
<i>Capital de giro – moeda local</i>			
Banco Safra	Pré fixada + pós fixada (CDI)	78.349	79.290
Banco Votorantim	Pré fixada + pós fixada (CDI)	7.180	7.655
Banco ABC	Pré fixada + pós fixada (CDI)	36.145	38.532
Banco Itaú	Pré fixada + pós fixada (CDI)	14.915	15.035
Banco BRDE	Pré fixada + pós fixada (Selic)	15.753	9.689
Banco BBM	Pré fixada + pós fixada (CDI)	6.805	6.790
Banco Daycoval	Pós fixada (CDI)	16.751	18.185
Total capital de giro		175.898	175.176
<i>Arrendamentos (Leasing)</i>			
Banco Safra	Pré fixada	-	34
Banco Daycoval	Pré fixada	132	194
HP Financial	Pré fixada	2.208	2.636
Total arrendamentos		2.340	2.864
<i>CDC</i>			
Banco Safra	Pré fixada	256	289
Banco Bradesco	Pré fixada	135	238
Banco Itaú - CDC	Pré fixada	151	183
Total CDC		542	710
Total de empréstimos e financiamentos		221.897	222.582
Circulante		70.076	67.001
Não circulante		151.821	155.581

- (a) A operação financeira junto ao Banco Votorantim é objeto de cobertura de derivativos, conforme descrito na nota 11. Em 31 de março de 2021, a variação cambial provisionada para os três meses corresponde ao montante de R\$ 1.049.

Covenants financeiros

A Companhia não possui cláusulas de vencimento antecipado contendo índices financeiras atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de março de 2021.

Cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado

Alguns instrumentos de dívida possuem cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado, de modo que poderão ser impactados e ter seu vencimento antecipado declarado em decorrência do vencimento antecipado e/ou descumprimento de obrigações relacionadas a outras dívidas da Companhia.

Taxas contratadas

O Grupo trabalha na data de 31 de março de 2021 com juros pré-fixados e juros pós-fixados. As taxas médias de juros são:

Pré-fixado - Juros médios de 0,95 % a.m.

Pós fixados – Juros médios de CDI + 0,31% a.m.

Pós fixados – Juros médios de Selic + 0,30% a.m.

Garantias demais operações

Compõem as garantias para operações de empréstimos e financiamentos do Grupo os seguintes bens e direitos:

Aval dos acionistas;

Fluxo de carteira de cartão de crédito;

Aplicações financeiras (nota explicativa 6);

Fluxo de outros recebíveis (convênios);

Ativos dos acionistas, sendo: Fazenda de Guarapuava, incluindo o ativo biológico; imóveis comerciais e residências; e

Veículos diversos e outros bens móveis objetos de operação para aquisição dos mesmos.

Não há qualquer outro ativo do Grupo arrolado em outras operações financeiras.

Movimentações

As movimentações dos empréstimos e financiamentos compreendem:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2019	<u>192.386</u>	<u>193.036</u>
Captações	74.407	74.656
Juros e atualizações	26.484	26.521
(-) Pagamento do principal	(56.592)	(56.770)
(-) Pagamento de juros	(14.289)	(14.326)
(-) Novos custos da transação	(744)	(744)
Amortização de custo da transação	930	930
Exclusão pela venda da investida	-	(721)
Saldo em 31.12.2020	<u>222.582</u>	<u>222.582</u>
Captações	21.186	21.186
Juros e atualizações	5.214	5.214
(-) Pagamento do principal	(23.009)	(23.009)
(-) Pagamento de juros	(3.844)	(3.844)
(-) Novos custos da transação	(385)	(385)
Amortização de custo da transação	153	153
Saldo em 31.03.2021	<u>221.897</u>	<u>221.897</u>

Cronograma de pagamento:

2021	67.001
2022	44.603
2023	41.564
2024	38.544
2025	16.739
2026	10.959
2027	1.420
2028	<u>1.067</u>
Total	<u><u>221.897</u></u>

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, incluindo encargos financeiros a transcorrer, ainda não apropriados ao resultado do Grupo nas renegociações de empréstimos junto aos Bancos do Brasil e Safra, foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento da operação. Abaixo movimento:

Saldo em 31.12.2020	<u>1.948</u>
(-) Novos custos da transação	385
Amortização de custo da transação	<u>(153)</u>
Saldo em 31.03.2021	<u><u>2.180</u></u>

19 Debêntures (controladora e consolidado)

	31.03.2021	31.12.2020
Primeira série (custo amortizado)	185.555	177.268
Segunda série (valor justo)	<u>49.236</u>	<u>49.236</u>
Total	<u><u>234.791</u></u>	<u><u>226.504</u></u>

A operação realizada em 29 de outubro de 2017 no montante total de R\$ 153.061 é composta por emissão de debêntures conversíveis em ações da Companhia, que foi realizada junto ao CWB - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica, está subdividida em duas séries. A primeira série possui vencimento final em 31 de outubro de 2021 e, a segunda série deverá ser liquidada até 31 de outubro de 2023, iniciando o direito de exercício a partir do 48º mês do contrato (31 de outubro de 2021) e em conjunto com o vencimento da primeira série.

A Companhia realizou antecipações de pagamentos dos vencimentos da série 1, nos meses de outubro e novembro de 2020 nos montantes de R\$ 10.000 e R\$ 15.000, respectivamente. A antecipação seguiu os preceitos do disposta nas cláusulas contratuais, bem como a disponibilidade em caixa.

A conversão das ações somente é aplicável no caso de não pagamento das debêntures, sendo as ações da Companhia garantia do montante devido no vencimento final.

As premissas de remuneração do contrato caracterizam a operação como um contrato combinado de forma que no reconhecimento inicial, a primeira série R\$ 185.555 em 31 de março de 2021 (R\$ 177.268 em 31 de dezembro de 2020) é registrada pelo custo amortizado, e, a segunda série R\$ 49.236 em 31 de março de 2021 (R\$ 49.236 em 31 de dezembro de 2020) por valor justo.

Após o reconhecimento inicial, a primeira série é mensurada pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, e a segunda série, anualmente é mensurada pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Movimentação dos saldos de debêntures

Movimentação	Debêntures série 1	Debêntures série 2	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	149.110	40.602	189.712
(+) Apropriação custo da transação	2.013	-	2.013
(+) Atualização debênture - série 1 (a)	68.340	-	68.340
(+) Atualização debênture - série 2 (a)	-	8.634	8.634
(-) Pagamento de principal	(25.000)	-	(25.000)
(-) Pagamento de juros	(17.195)	-	(17.195)
Total das movimentações	28.158	8.634	36.792
Saldo em 31 de dezembro de 2020	177.268	49.236	226.504
(+) Apropriação custo da transação	503	-	503
(+) Atualização debênture - série 1 (a)	7.874	-	7.874
(-) Pagamento de juros	(90)	-	(90)
Total das movimentações	8.287	-	8.287
Saldo em 31 de março de 2021	185.555	49.236	234.791

- (a) A atualização de juros da série 1 das debêntures é calculada pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. Ao calcular a taxa efetiva de juros a administração deve estimar os fluxos de caixa durante a vida esperada do instrumento financeiro. A série 2 é mensurada a valor justo.

Primeira série

Cada uma das debêntures da primeira série fará jus a juros simples pré-fixados entre 14,5% a 16,5% a.a. nos primeiros 12 meses e 18% a.a. a partir do 13º mês, capitalizados semestralmente. O prazo de vencimento é de 48 meses a partir da emissão de Debêntures (29 de outubro de 2017). Foram emitidas 153.061.000 debêntures na modalidade no valor de R\$ 1 (um Real).

Para o cálculo do custo amortizado, foi considerado o fluxo previsto de pagamentos baseado na melhor estimativa da Administração.

Segunda série

A segunda série das debêntures é remunerada considerando:

a. Com evento de liquidez

Caso a empresa realize alguma operação de evento de liquidação maior que 20% das ações e deve remunerar a segunda série a 4,4% do valor econômico do Grupo; ou,

b. Sem evento de liquidez

A ser executado pelo credor entre outubro de 2021 e outubro de 2023, remunerada através do cálculo de EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) Ajustado* acumulado dos últimos doze meses x 8,5 x 4,4%.

(*) O EBITDA Ajustado é calculado com o objetivo de avaliação dos índices de covenants.

A soma da remuneração da série 1 e da remuneração da série 2 possuem um CAP onde caso o retorno recebido pela debenture (TIR) for maior que 22% em Dólar americano, 50% do que exceder este montante será descontado do custo da Companhia.

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, ainda não apropriados ao resultado do Grupo no processo de emissão de debêntures foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento da operação. Abaixo detalhamento:

(a) Taxa de estruturação - Considerado a taxa de 2% do valor da operação, compreendendo o montante de R\$ 3.061, sendo realizado proporcional aos 48 meses da operação. Abaixo movimentação de amortização:

Contratação da taxa de estruturação	3.061
Apropriações	
2017	(128)
2018	(765)
2019	(765)
2020	(765)
2021*	<u>(191)</u>
Saldo a apropriar	<u><u>447</u></u>

(b) Serviços especializados para análise preliminar, remodelagem e avaliação econômica e estratégica do Grupo, bem como orientação no preparo das informações e documentos, prospecção, abordagem e negociação com financiadores interessados, remunerados a taxa de sucesso de 3% dos recursos liberados líquidos dos impostos. O valor compreende o montante de R\$ 4.992. Abaixo movimentação de amortização:

Contratação de serviços especializados	4.992
Apropriações	
2017	(208)
2018	(1.248)
2019	(1.248)
2020	(1.248)
2021*	<u>(312)</u>
Saldo a apropriar	<u><u>728</u></u>

Antecipações despesas

As antecipações de estruturação, ainda não apropriados integralmente no resultado do Grupo, foram reduzidas do valor efetivo recebido de debêntures, a título de adiantamento para despesas necessárias ao longo do prazo da operação para com obrigações do contrato e manutenção do Debenturista. O montante inicial reconhecido foi de R\$ 1.300, sendo apropriados conforme:

Contratação de serviços especializados	1.300
Apropriações	
2017	(54)
2018	(325)
2019	(325)
2020	(325)
2021	(81)
	<hr/>
Saldo a apropriar	190

(*) Apropriação relativa ao período de janeiro a março de 2021.

Covenants

Todos os índices de atingimento em 31 de março de 2021, estão adequados ou a Companhia obteve *waiver* da debenturista, conforme segue abaixo.

Os covenants financeiros são (data-base anual para apuração: 31 de outubro):

- (a) Obrigação de não-oneração das ações do Grupo e do fluxo de caixa de dividendos; vedação do endividamento adicional, com exceção das linhas para capital de giro desde que o saldo adicional de tais linhas não ultrapasse R\$ 30.000; e
- (b) Indicador de liquidez através da fórmula: endividamento líquido (empréstimos e parcelamentos tributários, reduzido das disponibilidades) dividido pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) dos últimos 12 meses, a partir de outubro de 2017, devendo atingir no primeiro ano 3,5, no segundo ano 3,0, no terceiro ano 2,5 e no quarto ano 2,5; e
- (c) Distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas da emissora e/ou quotistas da Nissei Administradora, valor que exceda R\$ 4.000 ao ano, monetariamente corrigido pelo IGPM e líquido de impostos.

Tendo em vista aos esforços do Grupo para repactuação das dívidas através de contratação de linhas de créditos ou extensão das linhas existentes, o Grupo obteve, em 4 de dezembro de 2019 e 23 de abril de 2020, a anuência do Debenturista, com vigência até 31 de outubro de 2020 e 30 de novembro de 2020, respectivamente, quanto à não declaração do vencimento antecipado das obrigações do Grupo, no caso do não cumprimento da cláusula prevista no item (a) e (b), acima descritos.

Contudo, as anuências estão condicionadas ao cumprimento das seguintes obrigações, de forma cumulativa:

- A totalidade dos recursos captados nos novos financiamentos de longo prazo (assim considerados a soma dos valores principais em que são devidos após 31 de outubro de 2021) que ultrapassem o valor agregado de R\$ 140.000 deverão ser utilizados para fins de amortização das debêntures, conforme previsto no contrato inicial com a debenturista (quitação antecipada facultativa).

- Quando do recebimento pelo Grupo de valores oriundos de precatórios no valor mínimo de R\$ 35.000, sendo certo a utilização para amortização facultativa previstas no contrato com a debenturista;
- Autorização para utilização de bens do sócio controlador em garantia de operações financeiras relacionadas;
- Pagamento de waiver fee em favor da Debenturista, no valor de R\$ 450, o mesmo será adicionado aos montantes devidos por conta da operação inicial; e
- Permanecer adimplente com todas as obrigações assumidas em âmbito da escritura e do contrato de alienação fiduciária.

Em 31 de março de 2021, a Companhia cumpriu as condições estabelecidas acima.

Adicionalmente, o Grupo obteve em 25 de agosto de 2020, uma carta formalizando e consolidando as anuências e aprovações prévias já obtidas da debenturista (CWB – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica) para a realização das operações abaixo descritas, as quais eram objeto de covenant no contrato de debêntures. As tratativas para as respectivas transações já eram previstas no contrato inicial com a debenturista e foram previamente aprovadas pelos debenturistas. Abaixo os assuntos aprovados:

- Distribuição de dividendos a pagar para os acionistas – R\$ 7.000;
- Operações de compra e venda de imóveis por meio das quais a Nissei Administradora adquiriu três imóveis da Companhia, pelo valor global de R\$ 15.619;
- Operação de venda das quotas da Comércio de Medicamentos Maeoka na totalidade (1% do capital), juntamente com o prejuízo da operação no resultado do Grupo, bem como dispensa de aportes adicionais pelos acionistas do Grupo. Detalhes dos movimentos da operação estão na nota explicativa 13;

Operação de venda das quotas da Nissei Administradora de bens na integralidade (99,9641% do capital), conforme descrito na nota explicativa 12.

Considerando que a anuência prévia obtida em 04 de dezembro de 2019, em relação ao não cumprimento da cláusula relacionada ao atingimento do indicador de liquidez explicada no item (b) acima, venceu em 31 de outubro de 2020, o Grupo obteve, em 30 de outubro de 2020, nova anuência do Debenturista. A nova anuência formaliza a não declaração do vencimento antecipado das obrigações do Grupo, no caso do não atingimento do referido indicador de liquidez.

Garantias

A operação está garantida por:

- (a) alienação fiduciária da totalidade das ações do Grupo.
- (b) cessão fiduciária parcial dos dividendos distribuídos,
- (c) garantia pessoal (aval) do acionista controlador.

20 Obrigações sociais e trabalhistas (controladora e consolidada)

	31.03.2021	31.12.2020
Salários a pagar	11.223	10.904
FGTS a recolher	1.036	1.526
INSS a recolher	4.561	5.035
Provisão de férias e encargos	21.906	18.572
Prêmios de produtividade e campanhas	6.926	9.731
Outras obrigações trabalhistas	688	499
	<u>46.340</u>	<u>46.267</u>

21 Obrigações fiscais e tributárias (Controladora e consolidada)

	31.03.2021	31.12.2020
PIS e COFINS a recolher	1.043	166
IRPJ a recolher	814	2.401
CSLL a recolher	303	897
ICMS ST - Substituição tributária a recolher	15.281	16.240
Outros impostos e taxas	3.186	2.431
	<u>20.627</u>	<u>22.135</u>

22 Parcelamentos de tributos (controladora e consolidado)

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras compreendem parcelamentos de tributos realizados pela controladora, sendo que os saldos estão assim compostos:

	31.03.2021	31.12.2020
REFIS		
Programa de regularização tributária - PRT	15.985	16.594
Programa especial de regularização tributária - PERT	10.597	10.885
	<u>26.582</u>	<u>27.479</u>
Outros		
Parcelamento Ordinário - Receita Estadual Paraná	1.066	1.134
	<u>1.066</u>	<u>1.134</u>
Total dos parcelamentos	<u>27.648</u>	<u>28.613</u>
	<u>27.648</u>	<u>28.613</u>
Passivo circulante	4.242	4.227
Passivo não circulante	23.406	24.386

A manutenção do Grupo nos programas de parcelamento acima mencionados depende do atendimento de várias condições, sobretudo da continuidade do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da Lei, e do pagamento dos tributos vincendos. O não pagamento de três parcelas acarretará o vencimento do débito total em aberto, com a imediata apuração do saldo devedor originário e incidência de todos os acréscimos legais.

Em 31 de março de 2021 o Grupo está atendendo as condições necessárias para a sua manutenção dos programas.

23 Outros débitos (controladora e consolidado)

Abaixo demonstramos a composição dos saldos:

	31.03.2021	31.12.2020
Mútuo de sócios (a)	571	-
Juros sobre o capital próprio (b)	589	935
Adiantamento – negociações comerciais	5.477	5.392
Outros valores a pagar	768	1.515
	7.405	7.842

- (a) Os valores em aberto referem-se valores de mútuo a pagar aos acionistas. As condições negociadas entre as partes. Vide nota explicativa 13.
- (b) O valor de juros sobre o capital próprio a pagar refere-se ao montante autorizado em 31 de dezembro de 2020 sobre o patrimônio líquido da Companhia levantados na respectiva data, atendendo os preceitos da legislação vigente.

24 Provisão para contingências e depósitos judiciais (controladora e consolidado)

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	31.03.2021	31.12.2020
Demandas prováveis		
Trabalhistas e previdenciárias	7.073	6.704
Cíveis e administrativas	501	654
	7.574	7.358
Depósitos judiciais		
Trabalhistas e previdenciárias	5.173	5.094
Cíveis e administrativas	266	266
	5.439	5.360

Contingências trabalhistas e previdenciárias

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores questionando diferenças no recebimento de horas extras com consequente diferença em verbas rescisórias e questionando a aplicação do intervalo disposto no artigo 384 da CLT.

Contingências cíveis

O Grupo figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

Contingências possíveis

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, em 31 de março de 2021 no montante estimado de R\$ 9.647 (R\$ 8.713 em 31 de dezembro de 2020), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs não requerem sua contabilização.

25 Patrimônio líquido (controladora)

a. Capital social

Em 31 de março de 2021 o capital social está representado por 152.042.534 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R\$ 21.720 (21.720.362 ações, correspondentes a R\$ 21.720 em 31 de dezembro de 2020), pertencentes conforme segue:

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Patrícia Maeoka (1,53%), Alexandre Maeoka (1,53%) e Sergio Maeoka (96,94%).

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, podendo ser utilizada na absorção de prejuízos acumulados.

c. Destinação do lucro

Em conformidade com a legislação societária, após absorção de prejuízos acumulados, retenção de 5% para reserva legal e distribuição de dividendos mínimos de 10%, o estatuto do Grupo confere aos acionistas o direito de transferir o saldo remanescente para reservas de lucros ou optar pela distribuição adicional de dividendos (limitado aos covenants da Debênture – vide nota explicativa 19).

d. Venda de investimentos entre acionistas

A Companhia optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda. para se controlador, desvinculando-se na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. O valor da venda das quotas na integralidade corresponde ao montante de R\$ 87.000, que ajustado ao valor presente à taxa 100% do CDI, considerando como base a taxa de remuneração dos investimentos em aplicações financeiras da Companhia (CDB), perfaz o montante de R\$ 84.845 a receber em 31 de março de

2021. Considerando que o valor de investimento na data da transação era de R\$ 107.299, tal transação resultou em perda de R\$ 23.723.

26 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Receita operacional bruta	477.404	420.546	477.404	420.754
Venda de mercadorias	472.593	415.082	472.593	415.082
Verbas de marketing e publicidade (a)	3.529	4.548	3.529	4.548
Venda de serviços	1.282	916	1.282	1.124
Deduções sobre vendas e serviços				
Impostos sobre vendas/serviços (b)	(25.565)	(16.013)	(25.565)	(16.037)
Devoluções e abatimentos	(3.041)	(2.419)	(3.041)	(2.419)
Receita líquida de vendas	448.798	402.114	448.798	402.298

O Grupo mantém mix amplo de mercadorias para a venda, sendo: medicamentos (marca, genérico, similar) ii) higiene e beleza, iii) Serviços e Manipulação, iv) Conveniência e v) Alto Custo.i). As vendas são realizadas exclusivamente no mercado doméstico, focado na região Sul do Brasil, diretamente a consumidores.

- (a) Os saldos registrados na rubrica “Verbas de marketing e publicidade” compreendem os acordos comerciais de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio, bem como demais serviços de exposição de produtos e marcas de indústrias de higiene e beleza, conveniência e/ou laboratórios de medicamentos.
- (b) Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

27 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Mercadorias vendidas	299.056	272.956	299.056	273.414
Despesas de pessoal	69.383	69.103	69.383	68.942
Depreciação e amortização	20.370	18.799	20.370	19.078
Propaganda e publicidade	2.314	2.054	2.314	2.680
Taxas de administração de operadoras de cartões	4.923	4.700	4.923	4.700
Fretes e carretos	2.112	2.525	2.112	2.525
Serviços de terceiros	10.739	7.389	10.739	7.459
Despesas com manutenção	3.268	2.854	3.268	2.854
Outros	10.187	11.606	10.187	11.716
Total	422.352	392.612	422.352	393.368
Classificados como				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	299.056	272.956	299.056	273.414
Despesas administrativas	19.133	17.551	19.133	17.849
Despesas comerciais	104.163	102.105	104.163	102.105
Total de despesas	422.352	392.612	422.352	393.368

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Receita financeira				
Receitas com operações com derivativos	1.049	7.833	1.049	7.833
Rendimentos com aplicações financeiras	130	470	130	470
Outras receitas financeiras	1.051	186	1.051	187
Descontos obtidos	-	15	-	15
Total	2.230	8.504	2.230	8.505
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos	3.844	4.097	3.844	4.999
Juros sobre debêntures	7.874	8.180	7.874	8.180
Ajuste a valor presente (a)	3.424	5.455	3.424	5.455
Juros passivos	7	-	7	-
IOF	125	385	125	385
Despesas bancária	255	245	255	265
Atualização Debênture – Série 2 (b)	-	924	-	924
Variação Cambial	1.778	8.772	1.778	8.772
Outras despesas financeiras	778	1.378	778	476
Juros de arrendamentos (c)	3.825	3.977	3.825	3.977
Total	21.910	33.413	21.910	33.433

- (a) O ajuste de valor presente é calculado sobre as compras de mercadorias para revenda, com prazo de pagamento superior à 30 dias.
- (b) Detalhes da movimentação dos impactos financeiros para a série 1 e série 2, estão na nota explicativa 19.
- (c) O custo com arrendamento são os juros dos contratos de arrendamentos apresentados na nota explicativa 17.

29 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

a. Conciliação de imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e a contribuição social efetivos em 31 de março de 2021 e de 2020, referem-se:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	5.920	(15.802)	5.920	(15.762)
(+) Adições	91.788	52.721	91.788	52.721
Amortização de arrendamentos (CPC 6 (2) / IFRS 16)	12.900	11.443	12.900	11.443
Juros de arrendamento (CPC 6 (2) / IFRS 16)	3.825	3.977	3.825	3.977
Perda por equivalência patrimonial	-	631	-	631
Perdas em outros recebíveis	43	50	43	50
Outras adições (brindes/multas/outras)	75.021	36.619	75.021	36.619
(-) Exclusões	94.346	49.240	94.346	49.240

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.
ITR – Informações contábeis
Intermediárias individuais e consolidadas
em 31 de março de 2021

Contraprestação arrendamento (CPC 6 (2) / IFRS 16)	16.079	14.365	16.079	14.365
Provisões de perdas estimadas nos estoques	6.679	2.253	6.679	2.253
Provisões de perdas estimadas no contas a receber	1.255	2.670	1.255	2.670
Provisões trabalhistas (campanhas, reajustes salariais)	63.762	22.120	63.762	22.120
Provisões financeiras (debêntures - serie 2)	6.571	7.833	6.571	7.833
			-	-
(=) Lucro Real	3.363	(12.322)	3.363	(12.281)
(%) IRPJ Alíquota 15%	504	-	504	-
(%) IRPJ Adicional 10%	330	-	330	-
(-) Dedução PAT	(20)	-	(20)	-
(=) IRPJ a Recolher	815	-	815	-
			-	-
(%) CSLL Adicional 9%	303	-	303	-
(=) CSLL a Recolher	303	-	303	-
IRPJ e CSLL corrente	1.117	-	1.117	-
Provisões de perdas estimadas nos estoques	23	197	23	197
Provisões de perdas estimadas no contas a receber	255	-	255	-
Provisões trabalhistas (campanhas, reajustes salariais)	859	(425)	859	(465)
Provisões financeiras (debêntures - serie 2)	28	251	28	251
Provisões para contingências	(73)	51	(73)	51
PAT	507	171	507	171
Prejuízo fiscal	-	4.189	-	4.189
(+) Tributos Diferidos	1.599	4.435	1.599	4.395
(=) Total de despesas com IRPJ e CSLL do período	2.716	4.435	2.716	4.395

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Na controladora, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$ 25.095 em 31 de março de 2021, (R\$ 26.694 em 31 de dezembro de 2020), são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente, para os quais não há prazos para prescrições, com realização prevista, conforme divulgado abaixo no item (c).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos consolidado em 31 de março de 2021 e 2020 referem-se a:

	Balço patrimonial		Resultado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Ativo não circulante				
Provisões de perdas estimadas nos estoques	2.248	2.271	(21)	1.506
Provisões de perdas estimadas no contas a receber	17	270	(255)	(638)
Provisões trabalhistas (campanhas, reajustes salariais)	3.184	4.043	(859)	1.498
Provisões financeiras (debêntures - serie 2)	16.740	16.740	-	14.437
Provisões para contingências	2.575	2.501	318	(171)
Variação cambial - contratos financeiros	604	4.422	(3.818)	4.422
Instrumentos financeiros derivativos	(357)	(4.146)	3.789	(4.146)
Outras constituições	84	593	84	246
Prejuízos fiscais a compensar	-	-	-	(4.842)
	25.095	26.694	(1.599)	12.312

c. Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance do Grupo, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas

adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário será recuperado de acordo com o seguinte cronograma:

Cronograma de recuperação	
2021	22.978
2022	652
2023	670
2024 em diante	<u>795</u>
Total	<u>25.095</u>

30 Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

(i) Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Risco de liquidez e estrutura de capital

Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos do Grupo, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital do Grupo. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Grupo possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos do Grupo, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pelo Grupo.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

As contas a receber são representadas, em grande parte por saldos com operadoras de cartão de crédito, para as quais a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que o Grupo faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, o Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras Companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

Os fluxos de caixa futuros referentes à provisão pagamento debêntures podem ser diferentes dos montantes apresentados, uma vez que as condições relevantes das transações podem mudar.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (incluindo curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes, caixa e aplicações financeiras e derivativos. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2021 e de 31 dezembro de 2020 e podem ser assim sumarizados:

	31.03.2021	31.12.2020
Financiamentos e empréstimos	221.897	222.582
Debêntures	234.791	226.504
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(40.610)	(65.186)
(-) Aplicações financeiras	(845)	(841)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	(13.242)	(12.193)
	401.991	370.866
Dívida líquida	401.991	370.866
Patrimônio líquido	33.013	29.809
	12,18	12,44
Índice de alavancagem financeira		

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os saldos do balanço consolidado divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de março de 2021				
Financiamentos e empréstimos	67.001	86.167	55.283	13.446
Debêntures (série 1 + série 2)	234.791	-	-	-
Fornecedores	264.890	-	-	-
Passivo de arrendamento	48.665	72.926	22.333	7.420
Em 31 de dezembro de 2021				
Financiamentos e empréstimos	67.001	37.846	104.234	13.501
Debêntures (série 1 + série 2)	226.504	-	-	-
Fornecedores	261.671	-	-	-
Passivo de arrendamento	39.504	45.775	61.949	8.279

Risco de mercado

Risco de mercado deve-se as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros ou, ainda, como os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pelo Grupo, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar os riscos, em especial o cambial nas operações de empréstimos com taxas estrangeiras. A política é proteger a exposição estimada em moeda estrangeira por meio de swaps de taxas de câmbio.

(ii) Categoria de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

	31.03.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
<i>Avaliados ao custo amortizado:</i>		
Caixa e equivalentes de caixa	40.610	65.186
Aplicações financeiras	845	841
Contas a receber de clientes	115.703	100.149
Outras contas a receber	<u>136.952</u>	<u>137.821</u>
	<u>294.110</u>	<u>303.997</u>
Passivos financeiros		
<i>Avaliados ao custo amortizado:</i>		
Fornecedores	264.890	261.671
Empréstimos e financiamentos	221.897	222.582
Debênture série 1	185.555	177.268
Outras contas a pagar	<u>7.405</u>	<u>7.842</u>
	<u>679.747</u>	<u>669.363</u>

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo

	31.03.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Instrumento financeiro derivativo – SWAP	13.242	12.193
Passivos financeiros:		
Debêntures série 2	49.236	49.236

(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 para os instrumentos financeiros do Grupo de ativo financeiro ao custo amortizado, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas à receber e para o grupo de “Passivo financeiro ao custo amortizado” que abrange principalmente, fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures (série 1) do Grupo, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Técnica de avaliação e inputs significativos não observáveis

As técnicas de valorização utilizadas na mensuração do valor justo de Nível 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial (debêntures - série 2), assim como os inputs não observáveis significativos utilizados, foram:

Previsão pagamento debêntures

Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
		O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se:
a. Com evento de liquidez Caso a empresa realize alguma operação de evento de liquidação maior que 20% das ações e deve remunerar a segunda série a 4,4% do valor econômico do Grupo, ou,	<ul style="list-style-type: none"> • Previsão da taxa de crescimento anual da receita • Previsão da margem do EBITDA 	<ul style="list-style-type: none"> • a taxa de crescimento anual da receita fosse maior (menor); • a margem do Ebitda fosse maior (menor); ou
b. Sem evento de liquidez A ser executado pelo credor entre outubro de 2021 e outubro de 2023, remunerada através do cálculo de EBITDA acumulado dos últimos doze meses x 8,5 x 4,4%.	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de desconto ajustada ao risco 	<ul style="list-style-type: none"> • a taxa de desconto ajustada o risco fosse menor (maior). • Normalmente, uma mudança na taxa de crescimento anual da receita é acompanhada por uma mudança similar na margem do EBITDA

Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
<p>O valor justo dos derivativos é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros.</p>	Não aplicável.	Não aplicável.

(iv) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros do Grupo. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional do Grupo, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Grupo foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de março de 2021 (saldo contábil tendo por base o CDI de 0,48% acumulado três meses) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de março de 2021:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	221.897	(266)	(533)

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo está exposto principalmente à variação cambial do euro e do dólar norte-americano.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade do Grupo ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essas moedas estrangeiras. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir, representam um aumento ou uma diminuição no resultado e no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão.

	Impacto do Euro	
	2021	2020
Resultado	4.309	4.383

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qual uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

31 Resultado por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação. A Companhia possui ações potenciais na forma de debêntures conversíveis emitida.

Nenhum ajuste é requerido no lucro diluído por ação visto que seria anti-diluído.

	Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020
Lucro líquido (prejuízo) do período	3.204	(11.367)
Média ponderada de ações ordinárias (unidades)	152.042.534	152.042.534
Ações ordinárias existentes (a)	152.042.534	152.042.534
Lucro líquido (prejuízo) por ação básico e diluído (em Reais)	0,002	(0,007)

(a) Detalhes do desmembramento de ações constam na nota explicativa 23.

32 Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Em 31 de março de 2021, a Companhia registrou direito de uso de arrendamentos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes à adoção inicial e novos contratos reconhecidos no período, no valor de R\$ 18.243 (R\$ 150.505 em 31 de março de 2020) bem como realizou a compensação de tributos a pagar entre ativo circulante e não circulante, no montante de R\$ 7.177 e passivo no valor de R\$ 2.716, não havendo transação em caixa na operação, estes valores não estão refletidos na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional da Companhia.

33 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para bens sujeitos a riscos nos montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando sua natureza de atividade.

Em 31 de março de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 360.562 para danos materiais.

A Companhia mantém em 31 de março de 2021 cobertura para responsabilidade cível de administradores e diretores (D&O), sendo o limite de garantia de R\$ 50.000.